

“Olhar de santa Cobiça” aos sertões do Brasil Central: capuchinhos e dominicanos em Goiás (1845-1908)

Rafael Alves Pinto Junior

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Jataí - Goiás – Brasil

rafael.junior@ifg.edu.br

Resumo: Este artigo reconstrói o momento histórico de ocupação e colonização do vale do rio Araguaia na segunda metade do século XIX. Notadamente, a partir das ações dos missionários católicos das ordens dos capuchinhos e dominicanos que configuraram a região enquanto agentes do governo e instituição de um território teocrático dentro do espaço nacional. A partir da análise de relatos e documentos oficiais, pretende-se lançar uma luz a este espaço resultado do contato interétnico que alterou a região.

Palavras-chaves: Fronteiras; Missionários Católicos; Missões Religiosas.

Considerações iniciais: a política indigenista a partir de 1845

A ação dos missionários religiosos para a catequese, um dos emblemas da política de brandura e de bons tratos dirigida à população indígena, traduziu-se, na prática, em uma violência assimilacionista destinada a modificar a estrutura das sociedades e culturas dos povos nativos. Catequese equivalia à ação colonial, imposição de valores cristãos e respeito às autoridades governamentais. De maneira complementar, a historiografia consolidou o entendimento de que se tratava de instrumento para a inserção da economia de mercado, abertura de estradas e liberação dos territórios para a apropriação da agropecuária (Rocha, 2016; Karaschi, 1992; Dolhnikoff, 1996; Carneiro da Cunha, 1992). Em Goiás, não foi diferente e os governantes de Goiás a partir do Segundo Reinado, seguiram a política imperial e se posicionaram ao lado dos que defendiam a catequese como instrumento de pacificação (Basile, 2016; Carvalho, 2007; Ravagnani, 1987a, 1987b).

A política indigenista, a partir de 1845, passaria a ser guiada pelo *Regulamento das Missões de Catequese dos Índios*. O Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, tinha o

objetivo de acabar com os conflitos nas áreas de expansão e liberar terra para a ocupação (Moreira Neto, 2005; Sposito, 2006). O propósito era implantar aldeamentos nos lugares onde os indígenas estavam habituados e, assim, evitar migrações desnecessárias e fugas inconvenientes.

Imbuído desta política, Joaquim Inácio Ramalho, por exemplo, veio para Goiás com as incumbências de implementar as economias locais, tornar a província viável e exercer o controle imperial. Em seu primeiro relatório, explicitou aos deputados provinciais os planos do governo, notadamente os voltados a promover a “Catequese e Civilização dos Índios” (1846, p. 13-17). Naquele momento, a relação entre os indígenas e os não indígenas – que nunca havia sido pacífica desde as primeiras explorações no território em 1625 – se deteriorou. Os transeuntes que utilizavam a *Estrada do Cuyabá* que ligava a capital goiana, a oeste, à Cuiabá e Vila Bela da Santa Trindade no rio Guaporé, por exemplo, estavam submetidos a ataques. Diversas localidades ao norte da província como, por exemplo, Amaro Leite, Pilar, Crixás, Traíras, São Félix, Palma e Peixe, também enfrentavam conflitos violentos. Destes lugares, a região nas imediações do rio Araguaia concentrava os mais graves embates. Posseiros e moradores de povoações incipientes solicitaram proteção e medidas urgentes para conter o que era percebido como um “avanço” dos indígenas que “perambulavam” pela região.

Os aldeamentos idealizados para as imediações do rio Araguaia tinham uma finalidade dupla: “promover a civilização dos indígenas, e proporcionar os meios de realizar-se a já conhecida navegação d’este Rio” (Ramalho, 1846, p. 17). O próximo passo, caso os aldeamentos fossem consolidados, era transformar o rio em um corredor econômico de comércio estratégico entre aquela Goiás e o Pará. O governo, para transformar em realidade este ambicioso projeto, contava com os religiosos da Ordem dos Frades Menores. Esta disposição representava, dentre outras coisas, a oportunidade de injeção de ânimo nas ações missionárias dos religiosos.

Missionários capuchinhos em Goiás: funcionários estatais para a catequese

Em Goiás, todos os aldeamentos, criados ou reorganizados após a promulgação do *Regulamento*, estavam entregues aos capuchinhos. Neste sentido, Carolina Alvim e Cristina Pompa (2021) observaram que os integrantes da Ordem dos Frades Menores tornaram-se verdadeiros funcionários do governo colocados ao serviço civilizatório. Esta escolha sinalizava duas ações políticas: uma reaproximação do governo imperial à Santa

Sé através da agência missionária Congregação para a Evangelização dos Povos e a comprovação da experiência da ordem na neutralização de revoltas em áreas rurais.

Em 1845, sob a tutela do governo goiano e com alguns soldados, frei Segismundo de Taggia iniciou seus trabalhos de catequese na região norte de Goiás. Estava incumbido da catequese dos indígenas aldeados em São Joaquim do Jamimbu, fundado em 1846. Frei Segismundo, neste período inicial, contava com o apoio de outros dois capuchinhos: frei Francisco do Monte de São Victo, que atuou sobre as aldeias entre Boa Vista e Carolina, povoadas principalmente pelos Krahô e os Apinagé, e frei Rafael de Taggia na região do rio do Sono. Todos exerciam uma ação missionária de maneira itinerante para tentar cobrir a vasta porção territorial entre os rios Tocantins e Araguaia, ao norte da capital de Goiás. Além disto, o deslocamento dos grupos familiares das diversas etnias que habitavam a região forçava os religiosos a longas jornadas sertão à dentro em busca de contato. Paulatinamente, e sob a liderança incansável de frei Segismundo, os aldeamentos foram consolidados e outros religiosos somaram-se ao grupo.

Na avaliação inicial do governo, o aldeamento Boa Vista, sob a tutela de frei Francisco do Monte de São Victo, parecia ser o que havia apresentado resultados positivos mais rapidamente. Em 1847, por exemplo, contava com 800 indígenas aldeados e submetidos no “trabalho da agricultura” (Ramalho, 1847, p. 14). Os outros ainda enfrentavam dificuldades para fazer com que os indígenas estabelecessem residências fixas nos aldeamentos. A grande área a ser percorrida entre os aldeamentos Pedro Afonso e Teresa Cristina também representava uma dificuldade adicional. Para resolver este problema, foi enviado outro missionário capuchinho, frei Antônio de Ganges, nomeado em 1866 para Teresa Cristina. Constatou, assim que chegou ao local, que as áreas destinadas à criação de gado e plantio de lavoura ao abastecimento da população aldeada eram insuficientes. Em 1871, frei Antônio fez a transferência para uma área denominada “Panela de Ferro”, dotada de “ótimas matas para a lavoura, de pastagens, de diversas qualidades de frutas, de grande quantidade de caças, e os rios mais piscosos” (Pereira, 1870, p. 16).

Dois anos após a chegada de Frei Antônio o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, para reforçar o grupo de religiosos já instalados, enviou outro missionário capuchinho, frei Savino de Rimini. Ele seguiu rumo ao presídio de Santa Maria do Araguaia para a catequese dos Apinajés, de onde sairia em 1872 para fundar o aldeamento dos Xambioá. Esta nova solicitação havia sido feita pelo empresário da

Empresa de Navegação a Vapor do Araguaia, Couto de Magalhães, à época no cargo de diretor do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia. Magalhães pretendia que o aldeamento servisse de suporte para os navegantes, fornecendo remeiros e carregadores no trecho com cachoeiras do Araguaia entre Santa Maria do Araguaia e São João das Duas Barras.

A tentativa de aldear os Xambioá resultou em uma chacina protagonizada pelo religioso após acusar os indígenas de roubo de um carregamento de sal pertencente à Empresa de Navegação. Frei Savino, acompanhado por onze homens armados, foi até uma aldeia chefiada pelo Xambioá de nome "Deriodó", para tentar resolver a acusação do roubo de carga. Dos conflitos que se seguiram, cerca de trinta indígenas morreram, deixando diversas outras pessoas feridas (Giraldin, 2002).

Após investigações do governo, frei Savino foi absolvido da imputação de crime, mas o acontecimento gerou uma mácula nas pretensões evangélicas, catequizadoras e civilizatórias do governo que se esforçava para se distinguir dos anteriores. Tudo que o governo não queria era se ver envolvido em acusações de massacres semelhantes aos relatados ao longo do período colonial. Neste sentido, os acontecimentos envolvendo o capuchinho e os Xambioá acenderam um sinal de alerta em Vila Boa.

O governo mantinha os religiosos abastecidos e remunerados. Atendia todas as solicitações de envio de suprimentos, mercadorias e "brindes" que deveriam ser enviados aos indígenas. Em troca, os religiosos mantinham, em fluxo contínuo, o governo abastecido com informações e prestações de contas das ocorrências nos aldeamentos e da situação dos grupos indígenas nas imediações. A resultante desta relação foi a transformação dos capuchinhos em "olhos e ouvidos" do governo no sertão.

Enquanto isto, frei Rafael, convencido ou aliciado pelos fazendeiros das imediações de Carolina, conduziu a retirada de uma população de 300 indígenas Krahô das margens do rio Farinha para a região do rio do Sono. A motivação alegada era a busca de uma situação duplamente benéfica: encontrar terras mais férteis e se distanciar de possíveis hostilidades dos Xavante e Xerente. Em pouco tempo, frei Rafael fez o que os fazendeiros queriam e, em 1849, os indígenas já estavam confinados no aldeamento denominado Pedro Afonso, a cerca de 60 léguas de Porto Imperial (Ravagnani, 1987, p. 139). Os aldeamentos Teresa Cristina, também conhecido como Piabanha, e Pedro Afonso prosperaram. O clima era, em geral, de otimismo. Teresa Cristina, em 1851, chegou a reunir "2.139" habitantes e Pedro Afonso "620" (Taggia, 1898, p. 117-122).

Frei Rafael também se mostrava otimista e, apesar das epidemias que haviam dizimado aldeias Xavante e Xerente, ele esperava que a população se recuperasse. Esperava também que as ações dos capuchinhos produzissem os objetivos da política em relação aos indígenas: evitar o emprego de violência “desnecessária”, o deslocamento forçado dos territórios de origem e, mediante “brindes”, convencer os indígenas a fixarem-se em aldeias às margens dos grandes rios. Com isto, esperava garantir o devido suprimento de víveres e mão-de-obra aos navegantes interessados no comércio fluvial. Apesar deste relativo otimismo, frei Rafael parecia perfeitamente cômico das fragilidades da empreitada. De acordo com sua avaliação:

as dificuldades são presentemente grandes, e por ora insuperáveis, já pela linguagem custosa, inclinações inveteradas e enraizadas em seu coração já pela necessária vida errante; o que somente com continuados trabalhos se poderá vencer (Taggia, 1898, p. 120).

O relatório de frei Rafael de Taggia, com os mapas das populações dos aldeamentos de Pedro Afonso e Teresa Cristina, deixou claro o quanto os missionários capuchinhos agiam enquanto funcionários do Estado. Mediando tanto as necessidades materiais quanto a integridade física dos indígenas sob sua tutela. Ainda assim, a concretização dos indígenas em aldeamentos colocados estrategicamente capazes de sustentar a navegação fluvial comercial no Araguaia permanecia no plano das expectativas.

Apesar da enérgica atuação dos missionários, os Karajá permaneciam praticamente refratários ao contato. Tanto que, em sua viagem ao Araguaia em 1863, José Vieira Couto de Magalhães encontrou-se com o frei Segismundo no aldeamento da Estiva, nas proximidades de Salinas e observou que os Karajá, em oposição aos Xavante do local, ainda estavam “em toda selvageria com que vieram do mato” (1902, p. 144). As hostilidades com os Xavante haviam diminuído, mas as ações sobre os Karajá pareciam infrutíferas. Considerando que eles estavam localizados nas imediações do Araguaia, era sobre eles que os esforços de catequese deveriam se concentrar.

Couto de Magalhaes, impressionado com a situação de miserabilidade nas aldeias da Estiva e Salinas, sugeriu uma reestruturação e uma nova localização. Frei Segismundo de Taggia concordou com o local e obteve permissão para transferir o aldeamento de São Joaquim do Jamimbu para São José do Araguaia, o que foi efetivado em 1863. Apesar dos esforços para a implantação no novo local, o aldeamento entrou em declínio. Em 1869, a população havia sido reduzida para 500 indivíduos incluindo colonos e indígenas. Para agravar o panorama, em 1869, o quadro de missionários mostrou-se insuficiente e

frei Savino era o único dos missionários em atividade. Dos cinco capuchinhos encarregados da catequese, três enfrentavam as limitações da idade avançada e um estava doente (Sena, 2021, p. 99).

No presídio de Santa Maria do Araguaia, a pretensão governamental de estabilidade também enfrentava obstáculos. Após três tentativas frustradas e sob a coordenação do Frei Francisco do Monte de São Victo em 1859, somente em 1861 o governo conseguiria consolidar as instalações na margem direita do Araguaia (Carvalho, 2006). Localizado praticamente à meia distância entre a capital do Pará e Leopoldina, a 40 léguas além da ponta setentrional da ilha do Bananal, o presídio deveria ser um marco na povoação da frente pioneira. Para o governo, o presídio simbolizava o avanço da economia produtiva e da catequese. Para os indígenas, representava um limite imposto ao avanço sobre o seu território.

Em pouco tempo, o local já contava com mais de cem pessoas e frei Francisco do Monte de São Victo esperava que mais colonos afluíssem ao empreendimento. Suas pretensões pareciam se lastrear na realidade, tanto que em 1871, o local conseguiu reunir cerca de 600 habitantes (Assis, 1871, S3-3). Além disto, o presídio representava um ponto de trocas de mercadorias, armas e ferramentas tanto para os Karajá quanto para os Caiapó.

Este ponto de troca era continuamente abastecido pelo governo com o envio de machados, foices, facas, facões, anzóis e enxadas como “brindes” para que os missionários distribuíssem entre os indígenas e, assim, estabelecessem contato. Este crescimento, entretanto, estava assentado sobre fragilíssimas bases e imerso em um cotidiano de contínuas e crescentes hostilidades. Os indígenas atacavam os avanços dos colonos ateando fogo nos ranchos na medida que estavam submetidos à mira das armas de fogo. A reação não era desprezível e Aristides de Souza Spinola, em sua prestação de contas ao deixar o cargo em dezembro de 1880, reiterou a necessidade de se implementar a catequese dos “selvícolas da cabeceira do Araguaia, que infestão os sertões do Rio Bonito e do Rio Verde” (1880, p. 17).

Ao presidente do Conselho dos Ministros e Ministro da Justiça do Império, Spinola advertiu que a região era propícia à implantação da pecuária, mas que estava entregue aos indígenas que representavam um obstáculo ao avanço dos posseiros. Reiterou que estava cômico das atrocidades perpetradas ao longo das décadas precedentes e que o maior obstáculo à efetivação da catequese não era o ódio do indígena contra os cristãos, mas o contrário. Concluiu com afirmações de que o governo de Goiás

havia procurado restabelecer contato com os Caiapó, já contando que algumas aldeias haviam se mudado para as margens do Araguaia convencidos de que não seriam incomodados.

Em 1879, aos 79 anos de idade, frei Segismundo faleceu no aldeamento que havia fundado. Não viu a concretização do futuro de expectativas promissoras que acalentava e sua morte representou um duro golpe duplo: os capuchinhos perderam o tirocínio, a liderança e a experiência forjada nos anos de asperezas nos sertões e o governo viu morrer o último aldeamento oficial de Goiás. Frei Antônio faleceu em 1900 e sua morte colocaria um ponto final na ação missionária dos capuchinhos voltados à catequese em Goiás.

O século XIX rumava para o fim e tanto a “pacificação” quanto a instalação de aldeamentos para sustentar o tráfego comercial no Araguaia ainda pareciam no plano das expectativas. Os sucessivos presidentes haviam tentado implantar pontos no território que servissem de base para o serviço catequético. Apesar disto, os resultados eram mínimos. Ao menos, era essa a avaliação de Joaquim de Almeida Luiz Moraes, então 1º Vice-Presidente da Província em 1881. Para ele, muito havia sido escrito e muito dinheiro gasto improficuamente com a catequese.

Entre 1870 e 1880, o governo, destinado ao “serviço civilizador”, doou a vultuosa quantia de 233:825\$711 (duzentos e trinta e três mil, oitocentos e vinte e cinco réis e setecentos e onze centavos). Representava um “esbanjamento sem nome” à situação financeira da província. Além disto, as despesas produziram pouco ou quase nenhum dos resultados esperados. As ações estavam praticamente limitadas à direção dos religiosos nos poucos aldeamentos existentes, às imediações dos presídios, militares e ao colégio Isabel. Era “raro o selvagem arrancado da barbárie para o seio da civilização” (Moraes, 1881, p. 97). Além disto, a navegação comercial no rio Araguaia não havia se concretizado. Para reverter o panorama de esforços infrutíferos, a proposta do governo incluía melhorar o acesso à Leopoldina, fundar duas colônias no rio Araguaia, explorar os rios das Mortes e Tapirapé, fomentar o comércio e ampliar as atuações do colégio Isabel.

As medidas eram, na realidade, uma resposta às pressões sobre o governo feitas por fazendeiros e posseiros assentados ao longo da frente de expansão em direção ao Araguaia. Desde a segunda metade do século XIX, duas frentes de expansão assentadas na pecuária podiam ser observadas em Goiás: uma oriunda da região do Desemboque seguia em direção às Torres do Rio Bonito, Rio Verde e Jataí; e outra, seguia do

Maranhão em direção ao Tocantins e Araguaia. Cobranças e críticas choviam no palácio Conde dos Arcos na capital goiana fazendo com que, naquele momento histórico, as tensões e atenções se voltassem novamente para o grande rio. Aos indígenas restavam basicamente duas alternativas: migrar para outros “sertões” ou resistir. De acordo com Leandro Rocha (2016, p. 52), em Goiás, “as duas alternativas foram postas em prática pelos índios”.

Na região de Torres do Rio Bonito e nas cabeceiras do Araguaia, os indígenas optaram pela resistência armada e os conflitos recrudesceram. Em 1879, a “ordem pública” na localidade havia sido alterada devido a embates com fazendeiros (Spinola, 1880, p. 5). Em novembro de 1882, nas imediações do presídio Santa Maria do Araguaia, um ataque Caiapó em uma aldeia Karajá resultou em 46 mortos, incluindo um vaqueiro. Três meses depois, aparentemente o mesmo grupo Caiapó atacou a colônia Macedina e feriram um soldado. O grupo seguiu em direção ao rio Araguaia e, cerca de um quarto de légua adiante, atacou a “fazenda de Francisco Carvalhaes, denominada Ponte Alta, incendiando-lhe a casa” (Magalhães, 1882, p. 3). Praticamente em seguida, mais uma chacina: um grupo de mulheres indígenas residentes em Macedina foram assassinadas. As circunstâncias apontavam para “paisanos residentes no presídio” (Correio Oficial de Goyaz, 1882, p. 1).

Diante deste panorama, o governo recorreu ao bispo de Goiás para que se reestruturasse a catequese na província, agora contando com os dominicanos. As tratativas com o Superior dos Missionários Dominicanos foram rápidas e em 18 de janeiro de 1886, o governo expediu o Ato n. 3856. Esta medida regulamentava o serviço de catequese em Goiás com o objetivo de ampliar e consolidar o alcance da ação dos religiosos. Para isso, três novos aldeamentos foram criados: em Santa Maria, Dumbazinho e no rio Caiapó, afluente do Araguaia. Estes pontos deveriam ser dirigidos por um missionário, contar com uma professora para a educação “das índias”, um pedreiro e um carpinteiro encarregado das construções necessárias ao funcionamento das atividades (Cruz, 1886, A-N2).

O presídio de Santa Maria seria transferido para o lado ocidental da ilha do Bananal e duas novas escolas seriam implantadas. Uma em São José do Araguaia e outra em Teresa Cristina, no Alto Tocantins. Para as despesas anuais, incluindo missionários, profissionais da construção civil, professores, professoras, vestimentas e instrumentos de lavoura, o governo reservava a quantia de 30:917\$000 (trinta mil, novecentos e dezessete réis). Uma soma equivalente a consideráveis 18,09% da receita de 170:827\$000

(cento e setenta mil, oitocentos e vinte e sete réis). O governo esperava, através destas medidas, extinguir os ânimos mais acirrados, apagar os fracassos das décadas anteriores e tornar realidade a ocupação comercial do Araguaia.

Os Dominicanos em Goiás: instituição de um território teocrático

Com as ações em 1886, o governo goiano procurava, mais uma vez em sua história, concentrar esforços e recursos na região do Araguaia. Ao recorrer aos dominicanos, o governo promoveu a convergência de importantes aspirações das instituições envolvidas: a resolução do “problema” indígena e a satisfação do fervor missionário da ordem, reestruturada após ações do religioso francês Jean-Baptiste-Henri Dominique *Lacordaire*. Ambições seculares e religiosas que, somadas, deveriam resultar na instauração da “civilização” dos sertões no centro do Brasil e que já estavam sendo cultivadas desde o final da década de 1870. Ações de dirigentes do clero seriam frutíferas ao encontro dos propósitos governamentais.

Em 1877, D. Pedro Lacerda, então bispo do Rio de Janeiro, em sua viagem à Europa, havia visitado o Vigário Geral da Ordem de São Domingos no convento Saint-Maximin-la-Sainte-Baume. O Brasil, a partir daí, abrir-se-ia à ação missionária da ordem. No início do ano seguinte, os dois primeiros religiosos desembarcaram no Rio de Janeiro: frei Bento Sans e frei Damião Ségnerin para analisar as reais possibilidades de se fixarem no Brasil. As coisas, entretanto, não foram fáceis para eles.

De acordo com Adivaldo Antônio dos Santos (1996), os religiosos encontraram, no Brasil, um ambiente hostil. Havia, notadamente nos meios liberais da época, uma aversão aos dominicanos. A fama de implacáveis inquisidores, assentada nas ações do passado medieval da ordem, impunha uma repulsa aos recém-chegados. Além dos preconceitos simbólicos, os religiosos encontraram outros problemas maiores: doenças e o clima tropical. A capital carioca estava imersa em um surto epidêmico de febre amarela e o calor do verão asfixiava os frades ainda não aclimatados. Ambos foram vitimados pela doença e frei Damião, de compleição mais frágil, faleceu em 16 de março de 1878 a bordo do navio que o conduziria de volta à França. Frei Bento Sans regressou no mês seguinte para a Europa com sequelas dolorosas e indeléveis.

Para os enviados dominicanos, o breve período em que estiveram no Brasil foi penoso. Apesar disso, estabeleceram bom relacionamento com os padres Lazaristas no Seminário São José, no Rio Comprido, onde estavam hospedados e as circunstâncias

mostrar-se-iam favoráveis aos interesses dos dominicanos. Um dos Lazaristas, Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, em 1881, foi nomeado bispo da diocese de Goiás e não se esqueceria do fervor missionário dos dois religiosos franceses que havia conhecido em 1878. Diante da tarefa de conduzir o catolicismo em uma diocese tão vasta quanto a de Goiás, um território que incluía também todo o Triângulo Mineiro, Dom Claudio recorreu aos dominicanos. Mandou dizer que a diocese de Goiás oferecia muito trabalho, muito sacrifício, mas que estava livre da febre amarela (Santos, 1996, p. 28).

A solicitação de Dom Cláudio foi atendida e definiu-se Uberaba para sede da primeira casa da ordem no Brasil. Fundada em 1881 pelos religiosos Raymundo Madré, Lázaro Melizan e Gabriel Mole, a casa representava uma porta de entrada aos missionários e um marco no avanço da missão dominicana. No ano seguinte, chegaram reforços – frei Gabriel Devoisins, frei Maria Lucas e frei Miguel Berthet – que foram enviados, em 1883, para a capital de Goiás para fundar outra casa para a ordem e acompanhar o bispo em sua primeira visita pastoral ao norte da diocese. À Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Dom Cláudio solicitou 6:000\$000 (seis mil réis) para ampliar as ações do Seminário Episcopal e suprir a falta de sacerdotes em Goiás (Brasil, 1885, p. 65).

Os planos do bispo incluíam a fundação de uma terceira casa para apoiar os missionários em Porto Imperial, o que efetivamente aconteceria em 1886. Planos que encontraram ambientes favoráveis, tanto em Goiás quanto na corte, e o governo imperial também permitiu – diante da “falta absoluta de clérigos nacionais” (Brasil, 1886, p. 85) – que sacerdotes estrangeiros pudessem ser nomeados vigários. Ao mesmo tempo, o bispo solicitou ao superior da ordem na França para a criação de uma missão especialmente dedicada aos sertões do Araguaia e do Tocantins. A solicitação foi prontamente atendida e uma missão composta por frei Gil Villanova, frei Domingos Carrerot e frei Luiz Casemayou, acompanhada pelo Visitador, o então Prior de Saint-Maximin, frei Estevão Maria Gallais foi organizada. Em outubro de 1887, frei Gallais desembarcou no Rio de Janeiro com a missão de produzir relatos que servissem de inspiração para novas ações da ordem e suscitar novos missionários entre o clero. O momento histórico era de separação entre Igreja e Estado e os dominicanos procuraram fortalecer a instituição católica (Caixeta, 2015).

Instalados em Goiás, os missionários puderam testemunhar a real dimensão da “questão indígena” local. Da capital, “não cessaram de lançar vistas de santa cobiça para os lados do oeste, para estas regiões imensas onde os esperam tantas almas, que ainda

jaziam nas sombras da morte” (Gallais, 1903, p. 9). Diante deles estava o descortinar de imensas oportunidades em um território praticamente colocado à disposição. A missão agarrou a oportunidade com avidez. Tão logo conseguiu organizar-se, frei Villanova partiu, em janeiro de 1888, em direção a Torres do Rio Bonito para que se pudesse fazer uma exploração sistemática nas margens goianas do Alto Araguaia. Sobre ele, uma única recomendação: que não saísse dos limites da diocese de Goiás. Durante o trajeto, o religioso ficou impressionado com os relatos de violências e agressões. Não demorou a constatar que, caso quisesse estabelecer contato com “nações índias ainda em estado selvagem” (Gallais, 1903, p. 76) deveria seguir à oeste de Rio Bonito. A questão era saber onde deveria abordar os indígenas.

A partir de Torres do Rio Bonito, seriam conduzidas três expedições: uma à oeste rumo ao Araguaia, outra ao sul até a Serra dos Caiapós e uma terceira ao norte em direção à capital. Após a conclusão das jornadas, Villanova regressou convicto de que, para realizar a missão catequética, deveria sair da diocese de Goiás e realizar incursões no território de Mato Grosso. Enquanto isso, o quadro de violência e conflitos envolvendo indígenas e fazendeiros se agravava. Em janeiro de 1889, os indígenas atacaram fazendas nas imediações de Mossâmedes e o comandante do presídio de Macedina informou que “os índios continuam nas suas correrias causando enormes prejuízos” (Martins, 1889, p. 20). Ao governo, restava suplicar ao bispo “que se dignasse mandar a aquelas paragens alguns dos Frades Dominicanos” (Martins, 1889, p. 21) para intervir no panorama de beligerância instalado.

Diversas ações dos dominicanos já estavam em andamento para tentar uma “pacificação” da região. Frei Villanova, por exemplo, estava designado para a direção da Missão sediada em Porto Imperial, rebatizada de Porto Nacional. Entre suas designações estavam a construção de uma igreja e um convento, administrar a paróquia e promover a catequese junto aos indígenas da região norte de Goiás e do Araguaia. Frei Villanova chegou em Porto Nacional em agosto de 1889 e deu início imediatamente às ordens que havia recebido. Logo em seguida, dois acontecimentos influenciariam as ações locais: Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão foi transferido para Porto Alegre e a Província de Toulouse enviou frei Domingos Carrerot, que posteriormente se tornaria o primeiro bispo dominicano no Brasil.

A queda do Império em novembro de 1889 surpreendeu a missão dominicana em plena atividade e impôs aos missionários a necessidade de alguma reorganização das atividades. Estavam diante de uma nova realidade onde, com a separação da Igreja e do

Estado, o apoio financeiro estatal praticamente desapareceu. Em mensagem à Câmara Legislativa estadual, o major Rodolfo Gustavo da Paixão (1891, p. 8), então presidente de Goiás, reduziu a despesa com as missões religiosas ao mínimo indispensável. Estava “convencido da improficuidade da catequese” que apenas havia consumido quantia superior a quinhentos contos de réis desde 1845.

Para conter as despesas com a manutenção das propriedades dos antigos aldeamentos, o governo ordenou a venda da fazenda Dumbasinho, cuja história financeira constituía em “uma das mais brilhantes provas contra a capacidade do estado para semelhantes negócios” (Paixão, 1891, p. 8). O governo estava livre das despesas diretas com as missões religiosas, classificadas como infrutíferas.

As medidas legais impostas em 1886 pelo governo de Goiás durante o Império tornaram-se inválidas, mas os enfrentamentos entre indígenas e fazendeiros não desapareceram com o advento da República. A missão não foi encerrada. Ao contrário, ganhou novas direções e, na realidade, amplificou-se. A partir de Porto Nacional, frei Villanova retomou os planos de estabelecer contato com os indígenas e dirigiu-se à região do rio do Sono e aos Xerentes nos antigos aldeamentos Teresa Cristina e Pedro Afonso.

Em Teresa Cristina, o dominicano encontrou resistência do capuchinho Antônio de Ganges que se julgava encarregado por todos os indígenas nas imediações do Tocantins. Frei Villanova queria crianças indígenas para que pudessem ser educadas no colégio em Porto Nacional. Após sucessivas negativas por parte do cacique Krahó, conseguiram apenas três – batizados com os nomes de Marco, Raimundo e Domingos – e com idades entre 8 e 15 anos. Com estas três crianças, frei Villanova deu início a sua tão ambicionada catequese no colégio em Porto Nacional. Esta obra, sob as ambições de frei Villanova, devia ser apenas um embrião para o grande projeto de se estabelecer um território missionário controlado pelos dominicanos.

Em janeiro de 1891, Villanova partiu com uma pequena comitiva rumo ao Araguaia, alcançou a ilha do Bananal, passou a foz do rio das Mortes e subiu o Araguaia à procura dos Xavante. A pretensão era estabelecer uma base o mais próximo possível do território indígena. Depois de dois meses de sofrimentos, fome, ataques de insetos e naufrágios, o grupo regressou a Porto Nacional sem estabelecer contato. A missão parecia tatear desordenadamente o sertão, sem conhecer o território. Mal se recuperaram da missão anterior e partiram para outra, nos dois lados do rio Tocantins,

entre Goiás e Maranhão. Em 1892, o grupo seguiu, a partir de Porto Nacional, em direção a Boa Vista, cerca de 150 léguas rio acima.

A ocasião parecia desfavorável e o grupo encontrou Boa Vista conflagrada entre a facção do partido conservador liderada pelo coronel Perna e a facção do partido liberal sob as ordens do coronel Carlos Gomes Leitão. Villanova, diante do ambiente convulsionado, não hesitou e interveio entre os dois grupos de jagunços armados. Após momentos de tensões de ambos os lados, conseguiu conter momentaneamente as agressões. O ambiente não foi pacificado e ele teve que retornar escoltado para a base da missão em Porto Nacional.

Os acontecimentos em Boa Vista provocaram inquietações entre a elite política local. As notícias eram desencontradas e sustentavam o boato de que, na realidade, frei Villanova tratava-se de um oficial francês infiltrado. Disfarçado de monge, um agente havia sido colocado para “assumir a direção do movimento reacionário de Boa Vista e trabalhar, *por fas ou por nefas*, pelo restabelecimento da monarquia” (Gallais, 1942, p. 167). Os boatos não eram verídicos e Villanova não trabalhava para o estabelecimento do regime monárquico no Brasil. Entretanto, estes acontecimentos revelaram o envolvimento do religioso com a política daquele conturbado período após a queda da monarquia. Uma intervenção direta da diocese de Goiás na região parecia desmesurada e Villanova foi enviado à Uberaba onde permaneceu por dois anos nas atividades paroquiais cotidianas.

Com sua remoção, os incipientes trabalhos de catequese no norte de Goiás feneceram. As três crianças indígenas retornaram para suas famílias e as ações dos missionários foram suspensas. A diocese havia retirado Villanova do meio de uma contenta local para evitar desdobramentos, mas isto não significava que ele havia desistido de suas pretensões catequéticas originais e, de Uberaba, ele escreveu à Assembleia Capitular da Ordem reiterando o desejo de ver a obra reestabelecida. Reiterava também o compromisso de dedicação de todas suas energias para a realização da missão. Suas solicitações foram atendidas e, em 1895, a ordem retomou a questão do reestabelecimento da catequese indígena. Para isso, designou Villanova como o responsável pela catequese no Araguaia e forneceu-lhe um auxiliar, frei Angelo Dargaignaratz. A exigência, novamente, era que os missionários não ultrapassassem os limites da diocese de Goiás (Gallais, 1942, p. 173).

Em outubro de 1896, acompanhado de frei Domingos Carrerot, Villanova partiu para Vila Boa; daí até Leopoldina, desceu o Araguaia até a foz do rio Najá na margem

esquerda do Araguaia. No local, estavam agrupadas algumas famílias que haviam debandado do conflito entre os coronéis em Boa Vista. Denominado Sant'Ana da Barreira, a comunidade formava o embrião de um povoado composta por trinta cabanas dispostas em volta de uma capela. Alguns líderes do grupo mantinham contato com os religiosos e meses antes haviam recebido a visita do bispo de Goiás Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Além destes laços com os católicos, o grupo mantinha contato com os indígenas Caiapó das aldeias de Arraias e Pau d'Arco.

Após longos anos de desencontros, o desejo teocrático de Vilanova parecia realizável. Tinha pressa e, acompanhado com alguns moradores de Barreira, partiu em direção aos nativos. O objetivo era estabelecer contato com o cacique Paracanti e obter crianças para, finalmente, colocar em prática sua missão catequética. Foi bem recebido e de acordo com o relato de Gallais (1942, p. 182-183):

Deu a conhecer o projeto de construção de uma grande casa, uma "quicré" como jamais tinham visto, dentro da qual reuniria todas as crianças da tribo para ensinar a bem viverem. Paracanti e Beca, chefe de uma aldeia vizinha, aceitaram sem dificuldade os propósitos do padre e mostraram-se dispostos a confiar-lhes no mesmo instante todas as crianças de suas tribos. Foi preciso que o padre, que em geral tão dificilmente admitia delongas na execução de seus planos, acalmasse o açoitamento dos índios, e fez-lhes ver que a construção da grande casa pediria mais tempo que a de suas modestas cabanas. Para o momento, já se contentava em ter a palavra deles; quando chegasse o momento de por em prática, voltaria e levaria consigo as crianças que prometiam confiar-lhe. E com isso se separaram, muito contentes uns com os outros.

Com o estabelecimento do núcleo de católicos em Barreiras, o contato com os indígenas e o apoio dos superiores, estava instituído o território dominicano em Goiás. A iniciativa era atraente e o local passou a reunir famílias assentadas nos arredores (BIGORRE, 1926, p. 325). Entretanto, o local mostrou-se inadequado, sujeito a inundações e impróprio ao crescimento que se configurava. Villanova não conhecia a região com a profundidade suficiente para tomar a iniciativa de sugerir uma transferência.

A solução para o problema apareceu com a chegada do geógrafo Henri Coudreau (1897, p.145) que, a serviço do governo do Pará para explorar o Araguaia, sugeriu um ponto mais abaixo, na margem esquerda. A população residente em Barreiras era de "499 pessoas" com um rebanho de "2.500 cabeças". A sugestão de Coudreau era uma ação política e contava com a ação dos dominicanos, no ambiente de imprecisão dos limites que se arrastava desde o Império, para favorecer seu contratante. A localização era benéfica às pretensões do governo paraense interessado em concretizar as posses e

dilatar suas fronteiras ao norte de Mato Grosso e a oeste de Goiás. Frei Villanova concordou e transferiu a população de Barreiras para o local indicado por Coudreau.

Fundou-se, em 1897, Conceição do Araguaia, em território paraense e, portanto, além da diocese de Goiás. O missionário havia desobedecido as ordens, mas parecia convicto de que a questão era irrelevante. O importante, para ele, era cumprir a missão catequética que o havia movido ao Brasil e agrupar os indígenas no novo local. A fundação de Conceição do Araguaia, independentemente do local, representava o ponto alto dos esforços dos missionários no sertão e a concretização das ambições da ordem dominicana no Brasil. Tanto que, em 1898, os superiores incluíram Conceição do Araguaia entre as prioridades missionárias e remanejou religiosos para atender a comunidade.

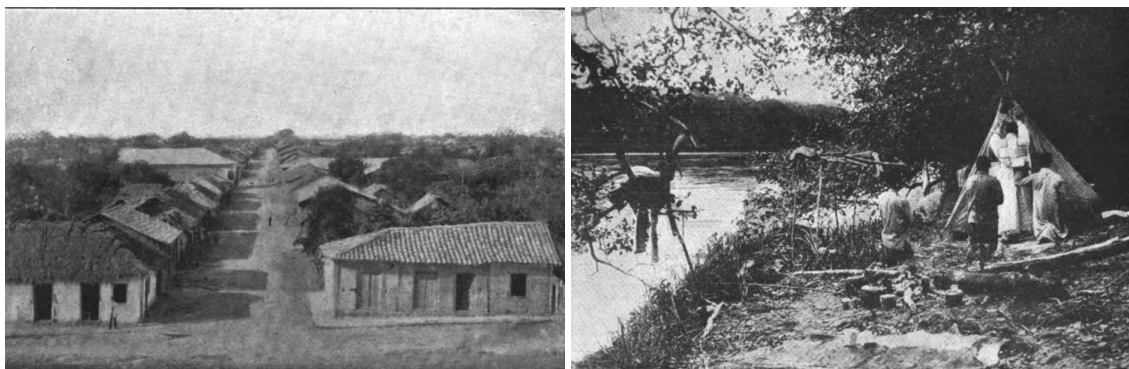
O ambiente inicial do povoado foi marcado por precariedades generalizadas. O terreno estava livre das inundações, mas o grupo estava imerso em incertezas. Villanova procurou estabelecer vínculos com o governo do Pará, com a diocese chefiada por Dom Antônio Brandão e reuniu doações de mantimentos, roupas e ferramentas necessárias às obras na comunidade. O povoado estava inteiramente submetido, simbólica e temporalmente, ao governo dos dominicanos que geriam o espaço urbano, determinavam terrenos de 20 m de largura x 40 m de comprimento ao longo de ruas ortogonais e paralelas ao rio. Além disto, cabia a eles estabelecerem os locais de ocupação das famílias de migrantes que afluíam ao local.

A população crescia com grupos familiares de criadores de gado oriundas do Maranhão, do Pará e partes do interior da diocese de Goiás. Em 1898, o povoado reunia cerca de 1000 residentes, incluindo famílias de indígenas e de fazendeiros que criavam gado nas imediações de Conceição com uma dupla finalidade: abastecer o consumo da comunidade e liberar os campos para a criação extensiva de gado. Para os religiosos, a concretização de Conceição do Araguaia representava a materialização de uma cidade sagrada onde o espaço físico seria a expressão da ordem espiritual imperando sobre os moradores: uma elite católica exercitava a catequese sobre uma população e uma região “selvagens” dentro de um território independente de forças externas e submetido apenas aos preceitos da prática católica.

Conforme pode-se observar nas figuras 1 e 2, o espaço urbano deveria ser, o mais possível, a expressão regular da ordem que se pretendia construir e das atividades que se queria desenvolver. A partir dele, o espaço missionário irradiava-se e imagens de

missas no sertão representariam significativos elementos de propaganda nos órgãos da igreja na Europa.

Figuras 1 e 2 - Conceição do Araguaia, arruamento e missa no rio das Mortes



Fonte: In: BIGORRE, 1926, p. 325 e 328. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:bigorre-1926-conceicao>. Acesso em 12 mai. 2024.

Conceição do Araguaia passou a representar o ponto final de correntes migratórias oriundas de várias partes do sul do Pará, norte de Goiás e nordeste do Mato Grosso. A notícia da fundação de um ponto de colonização onde a terra era distribuída ordenadamente a quem a ocupasse espalhou-se. A imagem de uma comunidade “cristã”, não corrompida, conduzida por religiosos e “livre” das pressões do governo também contribuiu para a associação com uma espécie de paraíso terrestre no sertão do Araguaia. Uma imagem que não correspondia à realidade. O povoado vivia da agricultura de subsistência e enfrentava pobreza, dificuldades de abastecimento e doenças. As agruras dos habitantes somente não eram maiores pois o prestígio de Villanova junto ao governo do Pará conseguia recursos, mercadorias e remédios para amenizar a situação de penúria dos moradores. Em 1899, por exemplo, ele recebeu uma chalupa¹ a vapor para os serviços de transporte e podia contar com 50 contos de réis anuais (Gallais, 1903, p. 225).

Conceição do Araguaia era similar aos demais povoados assentados nos sertões do Brasil. Enfrentava também as dificuldades e demandas pela sobrevivência. Sua localização, incrustada nas matas de exploração do caucho², impunha pressões na estrutura fundiária na região. Latifúndios dedicados à extração da borracha alteraram a mão de obra local, habituada à economia agropastoril, e incorporando levas flutuantes de migrantes direcionados à atividade de extração.

¹ Embarcação de pequeno porte.

² Árvore da família das moráceas, cujo látex produz uma borracha de qualidade inferior.

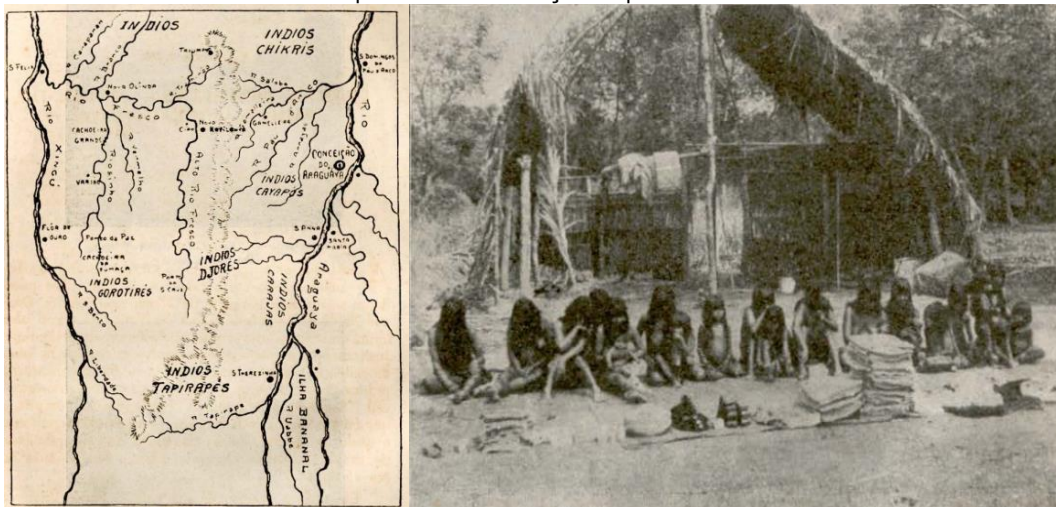
Era um movimento incessante de tropas chegando de todas as direções, atravessando o rio, parando alguns dias em Conceição antes de afundarem nas matas. Abriam-se casas de negócios, ao longo de ruas traçadas às pressas. Não era mais portanto o povoado de Frei Gil, com sua simplicidade de costumes, seus hábitos religiosos, sua submissão ao Padres; com esse conjunto enfim de fisionomia moral e social, que fazia lembrar um pouco urna “redução” dos tempos do Paraguai (Audrin, 1946, p. 85).

A expansão das atividades econômicas impôs um preço: a presença estatal. Para o governo, urgia controlar o comércio e os pontos de exportação que se instalavam sem controle. Conceição, em 1901, foi elevada à freguesia e o governo suspendeu as doações financeiras para os religiosos. Em 1904, os moradores podiam contar com a presença de posto policial e autoridades civis. A moralidade e o cotidiano também foram alterados. Novos estabelecimentos representavam uma oposição à austeridade característica dos anos iniciais e os religiosos não eram capazes de impor um freio nos novos comportamentos: “o dinheiro outrora tão escasso corria agora à vontade. As lojas repletas de objetos de luxo, comestíveis e bebidas sobretudo, ofereciam meios fáceis de vida larga e dissoluta. Bailes e orgias sucediam-se a noite, com violentos e prolongados tiroteios” (Audrin, 1946, p. 87).

A comunidade edênica e religiosa caminhava para se transformar em uma “Babilônia”. Imersa neste ambiente, a missão mantinha uma relação contraditória com o governo. Por um lado, opunha uma resistência ao controle estatal exercendo, ela própria, seus mecanismos de controle sobre a população. Por outro lado, validava as ações do Estado, legitimando-as. Notadamente, os referentes ao avanço da frente pioneira de exploração pecuária sobre os territórios indígenas.

Em 1901, frei Gallais retornou ao Brasil com os objetivos de visitar a missão e convidar Villanova para expor a obra de catequese no Capítulo Provincial da ordem. Era a primeira vez, após cinco anos no Brasil, que ele retornaria à França. Era uma irrecusável oportunidade. Em seu relatório, ele detalhou as ações, as necessidades e os obstáculos às ações dos religiosos. Muito havia sido feito, mas muito havia ainda a se realizar. À frente descortinava-se a possibilidade de alcançar uma grande população indígena composta por grupos de Tapirapé, Chikri, Gorotiré, Djore e Caiapó que ocupavam um polígono limitado pelos rios Xingu a oeste, Fresco ao norte, Araguaia ao leste e Tapirapé ao sul (figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4 - Mapa dos índios da prelazia de Conceição do Araguaia e ponto de distribuição de presentes



Fonte: In: GALLAIS, 1942, p. 254 e 174. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:gallais-1942-apostolo>. Acesso em 12 mai. 2024.

A imensa área era promissora e, em alguns casos, já contava com pontos de contato e distribuição de presentes para atrair os indígenas. Suas pretensões incluíam assegurar os territórios indígenas ao controle da missão, alcançar os Caiapó e Xavante no rio das Mortes. O empreendimento, caso fosse levado a cabo, garantiria o estabelecimento de um território eclesiástico em quase todo o Araguaia, de Porto Nacional no norte à região de Torres do Rio Bonito no sudoeste de Goiás.

Ainda que os religiosos fossem beneficiados pela proteção da Igreja Católica, os governos de Goiás e do Pará já não via os religiosos como indispensáveis. Para os interesses políticos, os padres haviam cumprido o que se esperava deles e frei Villanova estava perfeitamente cômico desta realidade. Para tentar reverter este cenário, regressou em 1903, passando por Uberaba e Goiás, acompanhado por quatro freiras encarregadas da educação de meninas indígenas. O objetivo era insuflar novo ânimo aos missionários, reestruturar a ação educativa, captar recursos e apoio para organizar expedições ao rio Xingu.

A malária interrompeu seus planos e, em 4 de março de 1905, o “Apóstolo do Araguaia” faleceu a caminho de Belém onde esperava encontrar tratamento médico. A morte de frei Gil Villanova significou um golpe duríssimo para a missão em Conceição do Araguaia. Sua personalidade concentrava a liderança espiritual, o elo entre a ordem dos dominicanos e os governos estaduais e catalisava iniciativas e recursos materiais. Sem ele, o ânimo para organizar novos empreendimentos catequéticos no sertão evaporou-se.

O substituto de frei Villanova à frente da missão, Domingos Carrerot, viu-se diante de um panorama que era, no mínimo, complexo. O avanço de novas missões ao sertão era incerto. Os recursos eram insuficientes e as informações imprecisas. Os indígenas, estimados em 2.000 indivíduos, encontravam-se dispersos ao longo de uma frente pioneira que se movia continuamente. Após a usurpação do ancestral território indígena pela atividade pecuária, os grupos familiares se dispersaram em direção à Belém ou enquanto mão-de-obra nas fazendas locais. Os sobreviventes enfrentaram surtos de malária e febre amarela que assolavam a região. Em 1908, a elevação de Conceição a município colocou um ponto final nas pretensões teocráticas dos dominicanos: com a presença de um juizado, o Estado retirou da ordem de São Domingos o controle sobre o território.

Frei Estevão Gallais concluiu seu relato sobre as ações de Villanova com um balanço relativamente positivo. Suas palavras, afinal, estavam direcionadas à propaganda da congregação e ao destaque das ações de seus membros nos sertões do Brasil. As privações, doenças, dificuldades, oposições e mortes apenas serviam para realçar a aura de santidade e abnegação dos dedicados à catequese. Enalteceu as ações da missão, a coragem e a determinação dos religiosos e destacou que a implantação de uma Conceição do Araguaia cristã havia ultrapassado em muito as expectativas iniciais.

O território sob a jurisdição dos dominicanos havia se constituído em um verdadeiro enclave entre Goiás e o Pará. Frei Villanova havia, apesar das adversidades, cumprido os propósitos iniciais de catequese em um “bom número de índios” e, o mais difícil, conseguiu impor-lhes “uma vida mais ou menos estável” (Gallais, 1942, p. 274). Havia ensinado o português, o catecismo e o manejo de instrumentos de agricultura e pecuária, tornando-os “tão laboriosos como o povo de Conceição” (Gallais, 1942, p. 275).

Estas eram, a seu ver, realizações que não podiam ser menosprezadas pela posteridade e Villanova deveria estar inscrito entre os “notáveis” da ordem. Mas havia uma nota de frustração e pessimismo. Salientou que os indígenas ainda ofereciam resistências culturais. Após anos de “doutrinações”, permaneciam “índios” e isto representava uma sombra na ação da catequese que deveria ser transformadora. Os indígenas, assim que podiam, retornavam para as aldeias e não conservavam os hábitos ensinados no colégio. Havia “neles com que um instinto irresistível, uma necessidade por natureza que os reconduz aos hábitos de sua raça” (Gallais, 1942, p. 275).

Considerações finais

O produto do momento histórico da ocupação da região do rio Araguaia no recorte temporal selecionado foi a progressiva liberação de áreas para a atividade agropecuária. As missões religiosas, à realização deste objetivo, desempenharam um importante papel na execução da política indigenista em Goiás cuja finalidade era desmantelar a cultura indígena através da catequese. Para isto, as práticas das eliminações diretas, militarizadas ou não, foram substituídas por outras.

A violência explícita foi substituída por mecanismos menos ofensivos à sensível mentalidade embebida no catolicismo. Os indígenas passaram a ser atraídos para “irresistíveis” pontos de segurança e “civilização” materializados pela tutela dos religiosos. Neste sentido, as ações dos capuchinhos adquiriram, no contexto dos aldeamentos, sentidos além do proselitismo religioso. As missões, subvencionadas pelo Estado, introduziram produção mercadológica, redes de comunicações, estradas e controle de fronteiras.

Os resultados das ações dos dominicanos parecem mais complexos. Numericamente, a obra catequética concentrada em Conceição do Araguaia dissipou-se. As aldeias existentes na região extinguiram-se: cooptados pelas elites regionais, a missão catequética acelerou o genocídio indígena. O estabelecimento de um imenso território teocrático também desmoronou. As explorações dos sertões do Araguaia e a criação de povoações serviram para fazer pender a balança para a legitimação das fronteiras entre Goiás e Pará. A missão havia implantado uma cidade sertão, normatizado o espaço urbano e construído edifícios. Havia ordenado a natureza a partir de modelos “civilizatórios”.

A influência dos religiosos sobre a população, entretanto, permaneceu. Diante da tragédia das populações indígenas, sobreviveu o desejo de impor uma morte “cristã” que se desdobrava em novas ações. Tanto que, no início da Primeira República, os dominicanos prosseguiram propagandeando sua autoproclamada missão de “semear” cristãos e proteger os rebanhos das almas do sertão (Lima; Silva, 2019, p.16).

Ao fim e ao cabo, as ações dos missionários ratificam o entendimento da historiografia consolidada. Através das intervenções simbólicas ou aldeamentos, os fazendeiros viram-se desimpedidos para impor suas conquistas patrimoniais e os religiosos foram um instrumento desta política. Para os indígenas, o resultado foi um só: o extermínio das populações tribais e a expropriação dos territórios. Os sobreviventes

foram transformados em miseráveis que perambulavam em pequenos grupos pela região praticamente na mendicância, obrigados a servir como mão-de-obra na prestação de serviços nas fazendas ou refugiados em outras regiões de Mato Grosso e Pará. Prevaleceu a sociedade baseada na grande propriedade, escravista e submetida ao modelo de exportação dos resultados da agropecuária.

“GAZE OF SAINTLY COVETOUSNESS” TOWARDS THE BACKLANDS OF CENTRAL BRAZIL: CAPUCHINS AND DOMINICANS IN GOIÁS (1845-1908)

Abstract: This article reconstructs the historical moment of occupation and colonization of the Araguaia River valley in the second half of the 19th century. Particularly, it focuses on the actions of Catholic missionaries from the Capuchin and Dominican orders, who shaped the region as agents of both the government and as an institution of a theocratic territory within the national space. Through the analysis of reports and official documents, this study aims to shed light on this space resulting from interethnic contact that altered the region.

Keywords: Frontiers; Catholic Missionaries; Religious Missions.

“MIRADA DE SANTA CODICIA” HACIA LOS SERTONES DEL BRASIL CENTRAL: CAPUCHINOS Y DOMINICOS EM GOIÁS (1845-1908)

Resumen: Este artículo reconstruye el momento histórico de la ocupación y colonización del valle del río Araguaia en la segunda mitad del siglo XIX. Especialmente, se enfoca en las acciones de los misioneros católicos de las órdenes de capuchinos y dominicos, quienes configuraron la región como agentes tanto del gobierno como de una institución de un territorio teocrático dentro del espacio nacional. A través del análisis de informes y documentos oficiales, este estudio tiene como objetivo arrojar luz sobre este espacio resultado del contacto interétnico que alteró la región.

Palabras clave: Fronteras; Misioneros católicos; Misiones religiosas.

Referências

ALVIM, Carolina; POMPA, Cristina. **De “métodos improficuos” ao novo método A questão indígena em Goiás, 1835-1850.** Acervo, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-26, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/1713/1631/6288>. Acesso em 02 jun 2024.

ASSIS, Antero Cícero de. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz pelo exmo sr. Dr. Antero Cicero de Assis, presidente da província, em 1 de julho de 1871.** Goiás: Typographia Provincial, 1871. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/168#?c=0&m=49&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1210%2C358%2C4147%2C2925>. Acesso em 04 jul 2024.

AUDRIN, Frei José. **Entre sertanejos e índios do norte: O bispo-missionário dom Domingos Carrérot, O.P.** Rio de Janeiro: Edições Púgil, 1946. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:audrin-1946-entre>. Acesso em 12 mai 2024.

BASILE, Marcello. **O Império brasileiro: panorama político.** In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, pp. 201-204.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem. A elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BIGORRE, Francesco. **Missione Domenicana de Conceição do Araguaya (Brasile Centrale).** *Rivista illustrata della Esposizione Missionaria Vaticana* n. 6, nov-dez, 1926, p. 321-328. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:bigorre-1926-conceicao>. Acesso em 12 mai 2024.

BRASIL, Ministério do Império. **Relatório do ano de 1884 apresentado à Assembleia Geral Legislativa.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/720968/per720968_1884_00001.pdf. Acesso em 01 jun 2024.

BRASIL, Ministério do Império. **Relatório do ano de 1886 apresentado à Assembleia Geral Legislativa.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/720968/per720968_1886_00001.pdf. Acesso em 01 jun 2024.

CAIXETA, Vera Lúcia. **As “Santas” Missões Dominicanas em Goiás no final do século XIX.** *Revista Escritas*, [S. l.], v. 5, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/1161>. Acesso em: 16 jul. 2024.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. **Política indigenista no século XIX.** In: CARNEIRO DA CUNHA, Manoela (Org). **História dos índios no Brasil. História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 133-154.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeiras. **Fronteiras e conquistas pelos Araguaia (Século XIX).** Kelps: Goiânia, 2006.

Correio Oficial de Goyas. Goiás, n. 27, 8 de jul 1882. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/167487/3750>. Acesso em 02 jul 2024.

COUDREAU, Henri. **Voyage au Tocantins-Araguaya: 31 decembre 1896 - 23 mai 1897.** Paris: A. Lahure, 1897. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518721>. Acesso em 13 jun jul 2024.

CRUZ, Guilherme Francisco. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz a 8 de abril de 1866 pelo exm presidente da província dr. Guilherme Francisco Cruz.** Goiás: Typographia Provincial, 1886 Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/168#?c=0&m=70&ts=0&cv=0&r=0&xywh=-725%2C-257%2C3288%2C2319>. Acesso em 02 jul 2024.

DOLHNIKOFF, Mirian. **O projeto nacional de José Bonifácio**. Novos Estudos. CEBRAP, v. 46, pp. 121 - 142, 1996.

GALLAIS, Estevão Maria. **O Apóstolo do Araguaia. Frei Gil Vilanova**. Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:gallais-1942-apostolo>. Acesso em 12 mai 2024.

GALLAIS, Estevão Maria. **Uma Catechese entre os índios do Araguaia, Brazil**. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1903. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Agallais-1903/Gallais_1903_Catechese_Araguaya.pdf. Acesso em 12 mai 2024.

GIRALDIN, O. **Catequese e civilização: os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e Tocantins**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. sér. Ant. 18, 2002. Disponível em: [http://editora.museugoeldi.br/bh/artigos/serie/serie_historica/Edicao2002v18/Revista_n1/BMPEG_Ant18\(1\)2002_27-42-GIRALDIN.pdf](http://editora.museugoeldi.br/bh/artigos/serie/serie_historica/Edicao2002v18/Revista_n1/BMPEG_Ant18(1)2002_27-42-GIRALDIN.pdf). Acesso em 10 jul 2024.

KARASCHI, Mary. **Catequese e Cotidiano. Política indigenista em Goiás: 1780-1889**. In. CARNEIRO DA CUNHA, Manoela (Org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 397-412.

LIMA, Milton Pereira; SILVA, Idelma Santiago da. “Salvemos os nossos índios”: uma catequese dominicana no Araguaia (1922-1933). Morrinhos, v.8, n.2, e-821903, jul./dez. 2019, p. 1-19. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9341>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MAGALHÃES, Cornelio Pereira. **Relatório com que ao Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. Cornelio Pereira de Magalhaes, Presidente da Provincia de Goiás passou a administração da mesma o Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes em 10 de junho de 1882**. Goiás: Typographia Provincial, 1883 Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/168#?c=0&m=68&s=0&cv=0&r=0&xywh=-519%2C568%2C2844%2C2006>. Acesso em 02 jul 2024.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Viagem ao Araguaya**. São Paulo: Typ. A. Vap. Espindola, Siqueira & Comp., 1902. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Amagalhaes-1902-viagem/magalhaes_1902_viagem.pdf. Acesso em 03 jul 2024.

MARTINS, Elysio Firmo. **Relatório com que o exm sr. Elysio Firmo Martins, presidente desta província entregou a administração da mesma em 06 de março de 1889**. Goiás: Typographia Provincial, 1889 Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/168#?c=0&m=75&s=0&cv=0&r=0&xywh=-414%2C755%2C2846%2C2007>. Acesso em 12 mai. 2024.

MORAES, Theodoro Rodrigues de. **Relatório apresentado pelo Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice-Presidente, ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Luiz Moraes, Presidente da Província, no dia de fevereiro de 1881**. Goiás: Typographia Provincial, 1881. Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/168#?c=0&m=63&s=0&cv=1&r=0&xywh=-122%2C471%2C2088%2C1473>. Acesso em 02 jul 2024.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. **Os índios e a ordem imperial**. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

PAIXÃO, Rodolfo Gustavo da. **Mensagem dirigida à Câmara Legislativa de Goiás pelo governador do Estado de Goiás Major Dr. Rodolfo Gustavo da Paixão**. Goiás: Tip. Perseverança de Tocantins & Aranha, 1891. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168#?c=0&m=77&s=0&cv=12&r=0&xywh=407%2C2076%2C1207%2C851>. Acesso em 11 jul 2024.

PEREIRA, Ernesto Augusto. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz a 1 de agosto de 1870 pelo exm presidente da província, dr Ernesto Augusto Pereira**. Goiás: Typographia Provincial, 1870. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168#?c=0&m=47&s=0&cv=0&r=0&xywh=-562%2C491%2C2818%2C2661>. Acesso em 08 jan. 2024.

RAMALHO, Joaquim Ignácio. **Relatório que a Assembleia Legislativa de Goiaz apresentou na sessão ordinária de 1846 o Exmo. Presidente na mesma província, dr. Joaquim Ignácio Ramalho**. Goiás: Typographia Provincial, 1846, p. 13-17. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168#?c=0&m=7&s=0&cv=3&r=0&xywh=-75%2C382%2C2437%2C1719>. Acesso em 08 jan. 2024.

RAMALHO, Joaquim Ignácio. **Relatório que a Assembleia Legislativa de Goiaz apresentou na sessão ordinária de 1847 o Exmo. Presidente na mesma província, dr. Joaquim Ignácio Ramalho**. Goiás: Typographia Provincial, 1847. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168#?c=0&m=12&s=0&cv=0&r=0&xywh=-664%2C-73%2C3350%2C2363>. Acesso em 02 jul. 2024.

RAVAGNANI, Oswaldo M. **Os últimos aldeamentos indígenas da Província de Goiás**. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. XXXII, p. 195-205, 1987a. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aravagnani-1987-ultimos/Ravagnani_1987_OsUltimosAldeamIndigProvGoias.pdf. Acesso em 3 jul. 2024.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. **A agropecuária e os Aldeamentos indígenas goianos**. Perspectiva. São Paulo, 9/10, pp. 119-143, 1987b. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto05/FO-CX-05-327-89.PDF>. Acesso em 12 ago. 2024.

ROCHA, Leandro Mendes. **O Estado e os índios: Goiás, 1850-1899**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

SANTOS, Edivaldo Antônio dos. **Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da Missão Dominicana no Brasil**. 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/SANTOS__Edivaldo_Antonio_dos._1996.pdf. Acesso em 1 jun. 2024.

SENA, Laécio Rocha de. **País selvagem: Os Mebêngôkre-Irã Amrayré e a fronteira Araguaia na segunda metade do século XIX**. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15752>. Acesso em 1 jun. 2024.

SPINOLA, Aristides de Souza. **Relatório apresentado pelo ilm. E exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, presidente da província a Assembleia L. Provincial de Goiás no dia 1 de março de 1880**. Goiás: Typographia Provincial, 1880. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168#?c=0&m=61&s=0&cv=0&r=0&xywh=-649%2C-121%2C3120%2C2201>. Acesso em 04 jul. 2024.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)**. Dissertação (mestrado em História). USP, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21052006-210031/pt-br.php>. Acesso em 01 mai. 2024.

TAGGIA, Frei Rafael de. **Mappas dos índios Cherentes e Chavantes na povoação de Teresa Cristina no rio Tocantins e dos índios Charaós da aldeia de Pedro Afonso nas margens do mesmo rio ao norte da Província de Goiás**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XIX, Imprensa Nacional, 1898, p. 119-124. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/893676/10174>. Acesso em 01 jul. 2024.

SOBRE O AUTOR

Rafael Alves Pinto Junior é doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), campus Jataí.

Recebido em 04/09/2024

Aceito em 09/01/2025